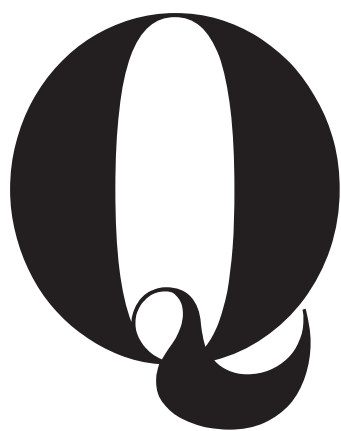


Panorama: fantasmas latentes I

A propósito da exposição, no na Galeria do Banco Económico até 25 de Janeiro 2019, da artista angolana Mónica de Miranda, a arquitecta e curadora escreve sobre a reflexão do projecto colonial e o seu impacto na formação das cidades Angolanas como ponto de partida na observação do projecto pós-arquivo da artista.

POR PAULA NASCIMENTO FOTO MÁRIO MACILAU



Qualquer conversa ou reflexão sobre a história da arquitectura e do Urbanismo em Angola não pode iniciar sem que se reflecta sobre o projecto colonial e no seu impacto na formação das cidades Angolanas.

Por um lado, podemos afirmar de forma mais geral que qualquer cidade é fruto de uma articulação do tempo – passado, presente e futuro, e como tal um objecto de múltiplas identidades e experiências; por outro lado, esta interacção nem sempre acontece de forma pacífica.

A história das cidades em Angola é, como diz Isabel Castro Henriques “a expressão de um processo de domínio colonial, revelado na materialidade do espaço urbano e dos seus edifícios, assim como na organização social, permeável aos ritmos da história económica e política”.

O processo de urbanização foi um dos princípios activos da política do Estado-Novo e permitiu e legitimou um processo de produção arquitectónica e urbanística que, no contexto Angolano, deu origem a obras que contêm em si uma linguagem estética particular, tropicalista, assente em princípios da arquitectura do movimento moderno, adaptados ao lugar, à geografia e ao clima locais.

O arquitectónico Moderno-Tropical não representa de todo os princípios colonialistas do Estado novo, e serviu de base para uma ruptura e para a construção de uma narrativa de um ideal de sociedade igualitária e democrática que nunca realmente se instalou. Não só o plano urbanização significou um apagamento dos lugares existentes e a imposição de novos ideais de sociedade, como a utopia de liberdade do movimento moderno aqui, falhou consideravelmente.

O período pós-independência vê o surgimento de outras edificações, reflexo de novas ideologias políticas, tais como complexos habitacionais construídos por intervenientes Russos e por Cubanos, entre outros.

Após o término da guerra civil, Angola viveu um boom económico, resultado da subida

do preço do petróleo e da emergência de um modelo económico capitalista. Estas mudanças permitiram o florescimento de projectos sob a sigla da reconstrução nacional, como grandes projectos habitacionais, infra-estruturas; e também de projectos grandes imobiliários de cariz privado.

O surgimento e escala dos novos projectos imobiliários e no campo da intervenção urbana é proporcional ao estado de abandono em que se encontra o legado arquitectónico mais antigo. A ineficácia de projectos de preservação e/ou ao restauro das antigas edificações, neste contexto, não se restringem a concepção e ao restauro técnico, mas esbarram em questões políticas e desinteresse económico, assim como na impossibilidade de dissociar o património edificado do seu contexto histórico. Restaurar aqui não significaria somente a recuperação das formas edificadas, mas um olhar crítico à história e o estabelecer de uma dialéctica entre o passado e o futuro, estabelecer laços entre a forma edificada e novos usuários, a criação de novas memórias.

Estes conceitos, apesar do muito que se têm discutido em relação ao património edificado, acabam atropelados por interesses comerciais e por uma relação conflituosa com a história – se o legado arquitectónico representa ainda um passado que se quer cada dia mais distante, os crescentes arranha céus e centralidades são o simulacro da “nova Angola”, carregam um subtil desejo de apagamento da história da arquitectura.

Resquícios de diferentes intervenientes – políticos, económicos e sociais são visíveis e materializados na morfologia das cidades, é o que as torna singulares; é também nestes espaços que se desenham (novas) relações de identidade, cada vez mais distintas e singulares, fruto da acção da memória de diferentes grupos sociais.

É esta geografia de tensão entre o passado presente e um presente incerto, com as descontinuidades espaço-temporais típicas das locações trans-históricas (pós-coloniais), que serve de ponto de partida para Panorama, o projecto de investigação Pós-Arquivo de Mónica de Miranda, e que explora as ligações passadas e presentes de memórias coloniais e pós-coloniais. Trabalhando com e sobre uma multiplicidade de meios – fotografia, vídeo e instalação – a artista cujo percurso académico e artístico se articula à volta de temas como arqueologias urbanas e geografias pessoais, desenha um processo crítico de desconstrução histórica e (re) construção da memória colectiva Angolana. **M**